

ANO II - EDIÇÃO Nº 238 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 08 de março de 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 025/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a requisição em caráter excepcional do servidor Antônio Nelzir Alves Rodrigues, formalizada pelo Juiz Eleitoral Helder Carvalho Lisboa, 9ª Zona Eleitoral do Estado do Tocantins, nos termos da Portaria nº 27/2017 PRES, 9ª ZE, de 17 de fevereiro de 2017, do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, protocolizada sob o nº 07010153911201715;

RESOLVE:

Art. 1º CEDER, no período de 21/02/2017 a 30/06/2017, o servidor ANTONIO NELZIR ALVES RODRIGUES, Técnico Ministerial – Motorista Profissional, Mat. nº 139616, ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, 9ª Zona Eleitoral do Estado do Tocantins, com ônus para o cedente.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 144/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO nº 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato elencado a seguir:

FISCAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	SUBSTITUTO DE FISCAL	NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO DO CONTRATO
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	006/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista na Ata de Registro de Preços nº 042/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 017/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00235, parte integrante do presente instrumento.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	008/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação prevista no item: 01, linha 05 da Ata de Registro de Preços nº 025/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 008/2016, Processo administrativo nº 2015.0701.00381, parte integrante do presente instrumento.

Karoline Setuba Silva Coelho Matrícula nº 100210	Carlos Osmã de Almeida Matrícula nº 94609	009/2017	O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS REPROGRÁFICAS para atendimento das necessidades da Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas, objetivando uma maior economicidade no processo, bem como, otimizar o sistema dos serviços propostos, conforme discriminação prevista no Anexo II do Edital do Pregão Presencial Nº 052/2016, Processo administrativo Nº 2016.0701.00493, parte integrante do presente instrumento.
Karoline Setuba Silva Coelho Matrícula nº 100210	Carlos Osmã de Almeida Matrícula nº 94609	010/2017	O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS REPROGRÁFICAS para atendimento das necessidades da Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Porto Nacional e Gurupi, objetivando uma maior economicidade no processo, bem como, otimizar o sistema dos serviços propostos, conforme discriminação prevista no Anexo II do Edital do Pregão Presencial Nº 052/2016, Processo administrativo Nº 2016.0701.00493, parte integrante do presente instrumento.
Karoline Setuba Silva Coelho Matrícula nº 100210	Carlos Osmã de Almeida Matrícula nº 94609	011/2017	O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA, IMPRESSÕES, ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO para atendimento das necessidades da Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas, Porto Nacional e Gurupi, objetivando uma maior economicidade no processo, bem como, otimizar o sistema dos serviços propostos, conforme discriminação prevista no Anexo II do Edital do Pregão Presencial Nº 052/2016, Processo administrativo Nº 2016.0701.00493, parte integrante do presente instrumento.
Karoline Setuba Silva Coelho Matrícula nº 100210	Carlos Osmã de Almeida Matrícula nº 94609	012/2017	O presente Contrato tem como objeto a locação de um imóvel urbano, situado à Avenida Ana Maria de Jesus, s/nº Qd 113, Lote 12, Centro, Alvorada - TO. Para abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Alvorada - TO.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	005/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA COPA/COZINHA, com o fim de atender as necessidades Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no item 11 da Ata de Registro de Preços nº 071/16, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 016/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00168, parte integrante do presente instrumento.
Carlos Osmã de Almeida Matrícula nº 94609	Karoline Setuba Silva Coelho Matrícula nº 100210	014/2017	O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos, destinada ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias do Interior do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no Anexo II do Edital do Pregão Presencial Nº 048/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00392, parte integrante do presente instrumento.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	015/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA NATURAL E GELADA, com o fim de atender as necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, demais Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista na Ata de Registro de Preços nº 075/16, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 040/2016, Processo Administrativo nº 2016.0701.00402, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

TOCANTINS, em Palmas, 06 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 145/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI para responder, cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Axixá do Tocantins, no período de 06 de março a 04 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 146/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e

CONSIDERANDO a indicação, à unanimidade, do Promotor de Justiça nominado como suplente do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Direitos Humanos e da Mulher – CAOCID e do Núcleo Maria da Penha, referendada na 109ª Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorrida em 06/03/2017;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ADRIANO ZIZZA ROMERO, como suplente da Coordenação do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Direitos Humanos e da Mulher – CAOCID e do Núcleo Maria da Penha, sem prejuízo das atribuições na respectiva Promotoria de Justiça, até o término do mandato da Coordenadora Thaís Cairo Souza Lopes.

Art. 2º REVOGAM-SE, na Portaria nº 416/2016, a parte que designou a Procuradora de Justiça Vera Nilva Álvares Rocha Lira para a suplência em referência e demais disposições contrárias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 147/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme Ato 072/2016, e considerando a solicitação constante do protocolo nº 07010154575201728, de 02 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 975, de 12 de dezembro de 2016, na parte que designou os Promotores de Justiça da 8ª Regional

(Palmas) que permaneçam de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme escala adiante:

8ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Palmas	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
03 a 10/03/2017	13ª Promotoria de Justiça da Capital

Art. 2º Revogam-se as disposições com contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 148/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEr lotação provisória ao servidor FLÁVIO SANTOS ROSSI, Analista Ministerial – Ciências Jurídicas, matrícula nº 84408, na 26ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 20 de fevereiro de 2017.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 149/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e pela Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, com respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora GABRIELA ARANTES PINHEIRO, Assistente Administrativo, matrícula nº 11223782-1, para provimento da Função de Confiança FC 3 – Assistente dos Órgãos Auxiliares.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 150/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, e pela Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, com respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora RAÍZA LANOUSSE BARBOSA AGUIAR, Assistente Administrativa, matrícula nº 1272853-

1, para provimento da Função de Confiança FC 3 – Assistente dos Órgãos Auxiliares.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 151/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o disposto na Resolução nº 009/2014/CPJ;

Considerando a solicitação formalizada no Documento, protocolizada sob o número 0701015482583201774;

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR o quantitativo de vagas e locais de lotação de estagiários do Programa de Estágios para Estudantes no Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme discriminado a seguir:

UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	LOCALIDADE	QTDE	CURSO
Promotorias de Justiça de Araguaína	Araguaína	13	DIREITO
Promotoria de Justiça de Arapoema	Arapoema	1	DIREITO
Promotorias de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Axixá do Tocantins	Axixá	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Colinas	Colinas	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Cristalândia	Cristalândia	1	DIREITO
Sede das Promotorias de Justiça de Dianópolis	Dianópolis	2	DIREITO
Promotoria de Formoso do Araguaia	Formoso	1	DIREITO
Promotorias de Justiça de Guaraí	Guaraí	1	DIREITO
8ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	DIREITO
9ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins	Miracema	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Natividade	Natividade	1	DIREITO
4ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
5ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
13ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
14ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
20ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
21ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
22ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
23ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
26ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
28ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso	1	DIREITO
4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso	1	DIREITO
1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Peixe-TO	Peixe	1	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
03ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
04ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
07ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	DIREITO
Promotoria de Justiça de Tocantínia	Tocantínia	1	DIREITO
2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis	1	DIREITO
Conselho Superior do Ministério Público	Palmas	2	DIREITO
Sala de Atendimento ao Cidadão - SACI	Palmas	1	DIREITO
Cartório de 1ª instância	Palmas	1	DIREITO
CAOCID	Palmas	1	DIREITO
Cartório de 2ª instância	Palmas	2	SECRETÁRIO
CAOCID	Palmas	1	ASSISTÊNCIA SOCIAL
CAOMA	Palmas	1	ARQUITETURA E URBANISMO
CAOMA	Palmas	1	ENGENHEIRO AMBIENTAL
CESAF	Palmas	1	SISTEMA PARA INTERNET
Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Palmas	1	SISTEMA PARA INTERNET
Departamento de Finanças e Contabilidade	Palmas	1	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TOTAL		60	

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 152/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela

Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando a deliberação dos Promotores de Justiça de Gurupi/TO, conforme consignado na Ata de reunião, realizada no dia 2 de março de 2017, protocolizada sob o número 07010154872201773, em 06/03/2017,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação à servidora POLYANA SALES DA SILVA, Analista Ministerial – Ciências Jurídicas, matrícula nº 89308, na 5ª Promotoria de Justiça de Gurupi, a partir de 02 de março de 2017.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 153/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR RAIANNE RAMOS PUREZA do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, retroagindo seus efeitos a 21/02/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 154/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Considerando viagem “à trabalho” do Titular da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, Dr. Sidney Fiori Junior,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI para responder, conjunta e cumulativamente, pela 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, nos períodos de 09 a 10 de março e 15 a 17 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 155/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação à servidora FRANCIRENE DO CARMO FERREIRA, Professora Normalista, matrícula nº 398424-

2, no Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOPIJ, a partir de 06 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº : 2016/0701/000495

ASSUNTO: Reconhecimento de Despesa

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Soltenge Norte Eireli-ME.

DESPACHO Nº 102/2017 – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea “i”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; em consonância aos dispostos no art. 37 c/c art. 62 e 63, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 março de 1964; considerando a manifestação constante do Parecer nº 043/2017, de 3 de março de 2017, às fls. 44/50, emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral desta Instituição, e demais documentos carreados nos autos em epígrafe, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior no valor de R\$ 120,00 (Cento e vinte reais), referente à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 20170000000013, em nome da empresa Soltenge Norte Eireli-ME, CNPJ nº 02.615.099/0001-61, que corresponde aos serviços de coleta, tratamento, disposição final de resíduos provenientes dos serviços do setor de saúde, realizado no mês de janeiro de 2017, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento para quitar o débito em referência em favor da empresa Soltenge Norte Eireli-ME.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 03 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº : 2017/0701/000107

ASSUNTO: Reconhecimento de Despesa

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Prefeitura de Palmas.

DESPACHO Nº 103/2017 – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea “i”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; em consonância aos dispostos no art. 37 c/c art. 62 e 63, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 março de 1964; considerando a manifestação constante do Parecer nº 046/2017, de 3 de março de 2017, às fls. 11/15, emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral desta Instituição, e demais documentos carreados nos autos em epígrafe, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior, anos de 2008 a 2015, no valor de R\$ 4.023,27 (Quatro mil, vinte e três reais e vinte e sete centavos), referente à Taxas de Recolhimento e Coleta de Lixo do Imóvel localizado na Quadra AANE 20, Conjunto 02, Lote 04, Rua NE 13, que irá abrigar o Anexo Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento para quitar o débito em referência em favor da Prefeitura Municipal de Palmas/TO.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 03 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Recesso natalino

INTERESSADA: Márcia Mirele Stefanello Valente

DESPACHO Nº 104/2017 - À vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais do Membro

adiante nominado, DEFIRO, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, o pedido formulado pela Promotora de Justiça MÁRCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE para conceder-lhe 05 (cinco) dias restantes de folga, a serem usufruídos no período de 05 a 09 de junho de 2017, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2006/2007 e 02 (dois) dias restantes a serem usufruídos nos dias 01 e 02 de junho de 2017, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2009/2010.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: FLÁVIA SOUZA RODRIGUES.

DESPACHO Nº 105/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pela Promotora de Justiça FLÁVIA SOUZA RODRIGUES, para conceder-lhe 2 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 08 a 09 de março de 2017, em compensação aos dias 03 e 04/12/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: REINALDO KOCH FILHO.

DESPACHO Nº 106/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente e nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 068/2014, DEFIRO o pedido formulado pelo Promotor de Justiça REINALDO KOCH FILHO, para conceder-lhe 1 (um) dia de folga no dia 07 de março de 2017, em compensação aos dias 10/02/2016 e 11/08/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: CRISTINA SEUSER.

DESPACHO Nº 107/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pela Promotora de Justiça CRISTINA SEUSER, para conceder-lhe 2 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 19 e 20 de abril de 2017, em compensação aos dias 21 e 22/05/2016 e 31 e 31/07/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de participação em licitações públicas e a quem interessar, que a empresa R/C CARTUCHOS, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.015.659/0001-06, com sede na Quadra 104 Sul, ACSE 01, Av. LO-01, Lt. 05, Sl. 01, Centro, Palmas/TO, executou satisfatoriamente o estipulado no Edital do Pregão Presencial nº 003/2016, Processo Administrativo nº 2015.0701.00316 e Contrato nº 013/2016, na aquisição de carimbos, carimbos numerador automático, refil para carimbos, substituição de borrachas de carimbos e tinta para carimbos, sendo que de acordo o Fiscal do Contrato, Sr. Carlos Osmã de Almeida, a Empresa suso "executou a contento as obrigações do Contrato nº 013/2016 (...) principalmente quanto a qualidade dos produtos fornecidos e aos prazos estipulados e que até o momento não há nada que desabone a referida empresa" para com esta PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.786.078/0001-46, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, em Palmas-TO.

É o que temos a ATESTAR, tendo em vista as informações contidas em nossos arquivos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 7 de março de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 043, de 03 de março de 2017.

O DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no inciso XV, do art. 97, da Resolução nº 008/2015/C.P.J. (Regimento Interno), no art. 2º, inciso II, alínea "a", do ATO/PGJ nº 004/2013, e com fulcro nos dispostos do art. 166, inciso I, c/c art. 174, inciso II, ambos da Lei nº 1.818/2007 – Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

I – Instaurar Sindicância Decisória em desfavor do Motorista Profissional, R.M.D.S, Matrícula nº 138.816, lotado na Sede das Promotorias de Justiça de Porto Nacional, em razão da conduta informada no expediente encaminhado via EDOC, pela Promotora de Justiça Coordenadora das Promotorias de Justiça de Porto Nacional, Dra. Márcia Mirele Stefanello Valente, além do Termo de Declaração do servidor e das Folhas de Ponto dos meses de junho a dezembro de 2016, onde consta que, em tese, o motorista infringiu os deveres do servidor público descritos no art. 133, incisos I, III e IV, e a proibição do art. 134, inciso I, todos da Lei Estadual nº 1.818/2007.

II – CONVOCAR os Membros da Comissão Processante Permanente – CPP/MP-TO para instalar, conduzir e concluir os trabalhos de apuração da irregularidade acima aludida, com fulcro no art. 12, do ATO PGJ nº 020/2017.

III – DETERMINAR a imediata instalação dos trabalhos, tão logo a publicação desta Portaria, notificando o servidor de tudo, desde o início; e a sua conclusão no prazo legal de 30 (trinta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período, conforme dispostos no artigo 166, §3º, da Lei Estadual nº 1.818/2007 e art. 37, do ATO/PGJ nº 020/2017, nas dependências da CPP/MP – TO, podendo a Comissão deslocar-se, conforme necessário, à realização das diligências atinentes à instrução procedimental.

IV – AUTORIZAR os Membros da Comissão Processante Permanente a se reportarem diretamente a outros Órgãos da Administração Pública para implementação de diligências por ventura necessárias à instrução processual.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de março de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 001/2017

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: NF 002/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Averiguação de paternidade.

INVESTIGADO (S): Suposto pai

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 23 de fevereiro de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 013/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Processo nº 855/2016.

FATOS EM APURAÇÃO: débito apurado no valor de R\$ 2.018,12 (dois mil e dezoito reais e doze centavos) pelo acórdão 53/2008 do Tribunal de Contas do Tocantins, em desfavor de Pequizeiro/TO.

INVESTIGADOS: João Abadio Oliveira da Silva e Município de Pequizeiro.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional/TO, 04 de outubro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 014/2016

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia.

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preliminar nº 002/2010.

FATOS EM APURAÇÃO: Irregularidades nos procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Pequizeiro/TO nos anos de 2009/2010.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colméia/TO, 03 de maio de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARANÁ

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 001/2017

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público Nº 001/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 002/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Paranã-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública); art. 3º da Lei nº 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública) e art. 246da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 027/2016

ASSUNTO (CNMP): Direitos difusos e coletivos.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar invasão e obstrução de via pública por proprietários de imóveis lindeiros com uma cerca de arame, que se inicia na Rua São João Batista, interditando o acesso para a chácara de Rivanilde dos Santos Rodrigues Veloso.

REPRESENTANTE: Maria Rosária Rodrigues Veloso Póvoa.

REPRESENTADOS: Antônio José Cardoso, Belquior Baltazar e Prefeitura Municipal de Paranã-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Paranã-TO, 06 de março de 2016.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



www.mpto.mp.br



ouvidoria@mpto.mp.br

